



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Intervenção urbana no centro histórico da cidade de São Paulo: atores sociais envolvidos**

Dulce Maria Tourinho Baptista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

dulcebaptista@uol.com.br

O estudo aqui apresentado reflete questões enfrentadas por São Paulo no trato para com o seu patrimônio histórico na área central, buscando diagnosticar os agentes envolvidos na produção e gestão dos projetos de intervenção. As ações e relações sociais na cidade retratam convivências, tanto harmoniosas como conflituosas, representadas pelas motivações dos diversos atores sociais na correlação de forças aí estabelecida.

A área central da cidade é um cenário que acolhe atores e identidades onde, cotidianamente, emergem conflitos múltiplos, decorrentes do confronto de uma população heterogênea que usa a cidade como espaço de sobrevivência, de sociabilidade, de trabalho, de especulação e ganhos de capital, entre outros usos e apropriações. Os projetos que aí se desencadeiam são diversos, desde os meios básicos para trabalhar, sobreviver, viver e lutar, até as estratégias para lucrar e enriquecer. Desse modo, busca-se refletir como os atores sociais envolvidos nesse contexto interagem com a cidade, com o seu patrimônio, com as ações de intervenção e aí correlacionam forças em busca de espaço, voltado ou não, para construção da dignidade humana.

O presente texto está fundamentado nos conceitos de ator social <sup>1</sup>, hegemonia, sociedade civil e política<sup>2</sup>. A leitura da atuação desses atores sociais nos projetos de intervenção urbana considera, tanto a perspectiva da lógica do poder da sociedade política, como o poder das organizações da sociedade civil no enfrentamento ou coalizão ao poder dominante. Sabe-se que os diversificados atores sociais se engajam de diferentes formas na formulação, implementação e controle, dos projetos de intervenção

---

<sup>1</sup> Conceitua-se **ator** - da sociedade civil e política - quem representa um papel dentro de um enredo, em uma trama de relações sociais. Representa um grupo, uma classe, um país, uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, um interesse ou uma denúncia. O conceito de **ator** não se limita a pessoas ou grupos sociais. Instituições podem ser **atores sociais**: sindicatos, partidos políticos, associações de base, entidades assistenciais e articuladoras, etc. (Souza, 1999).

<sup>2</sup> Os conceitos de hegemonia, sociedade política e civil são apreendidos na perspectiva gramsciana em que a sociedade política – aparelhos militares, estatais e burocráticos de dominação e coerção- e a sociedade civil – aparelhos privados de uma classe ou um bloco de classes envolvendo igreja, partido, organizações diversas - lutam pela hegemonia e pela direção política ou moral (Gramsci, 1991).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

urbana que podem se constituir em coerção ou hegemonia.

O trabalho desenvolvido é resultante de pesquisa, cuja metodologia envolveu apropriação e análise de dados dos projetos de intervenção em desencadeamento no centro, levantamento de bibliografia referente às políticas de intervenção no patrimônio cultural das cidades e do estudo de campo. Este último incluiu a realização de 60 entrevistas com moradores, trabalhadores e usuários do centro, realizadas no primeiro semestre de 2010, com o intuito de obter a percepção dos atores quanto ao processo de renovação do centro.

A análise partiu do pressuposto que os projetos interventivos deveriam atuar além da dimensão material do patrimônio edificado, ou seja, privilegiando a necessária inclusão dos usos sociais da cidade, na perspectiva da dimensão intangível dos modos de vida cotidianos, das práticas e direitos costumeiros, das expressões de singularidade cultural, da preservação da história e da memória como patrimônio vivo - com uso e apropriação cotidiana (Bauman, 2009; Arantes, 1984; Lefebvre, 2008; Fortuna, 2002). O patrimônio imaterial está inserido no material e, muitas vezes, os projetos não consideram essa dimensão e excluem atores sociais, principalmente os menos favorecidos que ficam sem acesso aos novos usos da cidade. A conservação do patrimônio público e a possibilidade de vivenciá-lo democraticamente criam vínculos de pertencimento dos atores com a cidade, além de gerar ganhos na qualidade de vida dos sujeitos que se sentem estimulados a preservar o meio ambiente em que vivem, quando criam uma identidade com o lugar.

Busca-se refletir sobre as intervenções – com ênfase na última década - que permitem compreender esse universo, parte de um todo, com o olhar voltado para os atores sociais que contracenam nesse contexto. As reflexões estão fundamentadas nos princípios do urbanismo na apreensão do contexto visto enquanto totalidade, englobando as políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural coletivo urbano e os direitos de participação e cidadania dos atores aí envolvidos.

Essa é uma questão substantiva na proposição de ações voltadas à conservação do patrimônio cultural, para além dos critérios adotados que se referem à dimensão material do patrimônio edificado com políticas de preservação alicerçadas na invenção dos atrativos e oferta da cultura como segmento de mercado, conforme constata Fortuna (1999, p.44): “O passado e os lugares das nossas cidades tornaram-se mercadorias e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

exaltação do seu consumo”.

O recorte empírico desse ensaio está então na cidade de São Paulo, cenário cosmopolita de uma cidade potencialmente global com 11.244.369 habitantes (IBGE 2010). Sua área central histórica sofre intervenção de Projetos Urbanos envolvendo uma diversidade de atores estatais e societários em nível local, nacional e transnacional, assim como atores multilaterais – Nações Unidas, BID e Banco Mundial.

Trata-se de um espaço heterogêneo que convive com a diversidade, a insegurança e a exclusão social. Aí estão evidenciadas as contradições de um mundo globalizado que conquista tecnologias, desenvolve meios de comunicação de ponta em nível galopante, mas caminha paradoxalmente na direção de produzir, no mesmo ritmo, uma população miserável e excedente que não tem acesso aos modos de vida preconizados pelo capitalismo.

#### Etnografia do Centro e Seus Atores Sociais

O Centro de São Paulo é apreendido e vivido de diferentes formas, a saber: como lócus da escrita histórica da cidade, de grandes concentrações urbanas, de reivindicações político sindicais, ecológicas, de direitos humanos, culturais e religiosas, mas também como estigma, espaço degradado, mal cuidado, poluído, sujo, violento, com edifícios abandonados, invadidos, moradia dos sem teto, etc. Da representação simbólica desse lugar emerge a marca do centro da cidade. Aí está representado o seu passado bandeirante cujas expedições saíam do Pátio do Colégio deixando as mulheres chorosas, lamento esse que ainda é sentido no local por muito dos seus moradores. A sua riqueza, na fase áurea do café, está demonstrada na grandiosidade das suas edificações do século XIX cujas fachadas revelam a escrita da sua história e da sua cultura.

Hoje, percebe-se, nas pessoas que aí circulam, uma população de “paulistanos” provenientes dos mais distintos estados do Brasil e países do mundo, com diversas etnias representadas como os “nordestinos paulistanos” ou estrangeiros- bolivianos, coreanos, angolanos, chineses, japoneses, italianos, dentre outros. Nesse espaço de alteridade estão os trabalhadores que nele transitam a pé, de ônibus, carro ou metrô; são os ambulantes, camelôs, engraxates, compradores de ouro, jóias e outras mercadorias; são os vendedores de atestados e documentos, trabalhadores informais, catadores de material reciclável, homens sandwiche, moradores de rua; são os folheteiros



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

propagandeando os mais diferentes serviços e produtos. O centro também abriga os ciganos lendo a mão dos transeuntes, os indígenas vendendo o seu artesanato, as prostitutas e travestis dançando na Praça da Sé às onze horas da manhã ao som das músicas tocadas no local ou passeando no Parque da Luz; aí estão os traficantes, viciados, alcoolizados, juntamente com os artistas, músicos, sejam eles repentistas, emboladores, sertanistas, roqueiros, mágicos. Conforme destacado, são muitos os protagonistas que se reúnem, trabalham, moram, circulam, desfrutam, estudam, distraem-se, compram e consomem nesse espaço, símbolo de São Paulo como, por exemplo, na Praça da Sé – local de manifestações populares históricas, marco zero da cidade-, na XV de Novembro e Direita com “seus” ambulantes atraindo os compradores ou, ainda, no Vale do Anhangabaú com cartomantes prevendo o futuro, caracterizando o centro de São Paulo como um espaço de grande diversidade social, política, econômica, étnica e cultural.

Saindo do vivenciar da rua e indo mais para o mundo político aí está a sede da Prefeitura e muitas das suas Secretarias, o poder legislativo municipal – potencial espaço de debate de interesses grupos e classes sociais da cidade. Na esfera jurídica estão localizadas as Secretarias da Justiça, municipal e estadual, juntamente com o Fórum, Palácio da Justiça, Tribunal de Alçada Cível, cartórios, etc., movimentando os seus trabalhadores, desde os juízes, promotores, advogados, procuradores, cartorários, oficiais de justiça, até os estudantes estagiários de Direito, muitos carregando processos e fazendo funcionar toda a burocracia jurídica da sociedade. O mundo financeiro dos banqueiros, acionistas empresários também está presente, principalmente na rua Boa Vista, onde se localizam edifícios sede de tradicionais e hoje multinacionais Instituições, além da Bolsa de Valores, Bolsa de Mercadorias / BMF e do mercado imobiliário com os seus profissionais transitando, como corretores, construtores e clientes das imobiliárias.

Somam-se a esse universo as manifestações religiosas com pregadores de várias seitas discursando em nome de Deus. Há a presença de patrimônios religiosos como a Catedral da Sé, Igreja e Mosteiro São Bento, Igreja de Santo Antônio, São Francisco cada uma delas arregimentando os seus fiéis. Junto à capela do Pátio do Colégio está o Museu Anchieta que abriga um acervo dos primórdios da cidade. Destacam-se ainda outros patrimônios da cidade como o Teatro Municipal, a casa da Marquesa de Santos,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

o Edifício Martinelli, o Centro Cultural Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o edifício Banespa, o prédio do antigo Mappin, a Estação da Luz, Pinacoteca do Estado, Estação Júlio Prestes, Museu de Arte Sacra, Mosteiro da Luz, entre outros.

Os serviços aí prestados são muitos. Na área de alimentação, o local concentra estabelecimentos de vários padrões e nacionalidades, funcionando à la carte, ao quilo, self-service, como bares, botecos, pequenas lanchonetes, barracas de côco e pastel, *trailers* de cachorro-quente, vendedores ambulantes, etc. Além desses, destaca-se o Mercado Municipal que passou por intervenção e hoje é local de concentração tanto de turistas, como de moradores da cidade que aí vão desfrutar da oferta de frutas, verduras, carnes, frios, culinárias, iguarias e do famoso sandwiche de mortadela – marca do lugar.

Culturalmente o centro vivencia anualmente a Virada Cultural - evento que mobiliza turistas, a cidade e os seus atores, além de ser o cenário de intervenções urbanas que instrumentaliza a cultura na implementação dos seus projetos de requalificação, principalmente na região da Luz.

Desse cotidiano vivido emerge a diversidade cultural paulistana. Entende-se cultura como cotidiano vivido onde estão presentes as manifestações artístico-culturais, os modos de vida e as marcas que essas pessoas deixam no espaço, no processo de produção e reprodução da vida. A diversidade histórica, étnica, cultural, patrimonial presente no centro deveria interagir com as propostas de requalificação a serem intermediadas pelos atores. Entretanto, dentre as medidas propostas hoje, pelos projetos interventivos para o centro, percebe-se a falta da participação mais efetiva dos atores representativos da sociedade civil. A participação no planejamento e operacionalização de políticas pode ajudar tanto a democratizar e racionalizar o Estado como a dar voz política aos grupos politicamente marginalizados.

Considerados os aspectos até aqui abordados, a proposta de um planejamento participativo sobre os destinos do local seria o caminho mais viável para a sua requalificação por meio de ações decorrentes da interlocução dos atores envolvidos.

#### Percursionando na história das Intervenções do Centro

O núcleo histórico originário do centro da cidade de São Paulo surgiu no período colonial. Esta parte da cidade corresponde ao período que vai de 1554 a 1822, equivalente ao espaço visto como “Centro Velho” - Sé. A partir do século XIX o centro foi se expandindo para o que é hoje o distrito da República e Bom Retiro, área intitulada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

de “Centro Novo”. Essa região vem sendo, no decorrer da história, objeto de ações públicas decorrentes do desenvolvimento da cidade, entretanto, na transição do século XIX para XX, um novo cenário urbano de inspiração européia, incorpora a modernização da época e traz transformações com os edifícios monumentais das primeiras décadas do século XX, re-construindo a cidade colonial.

Mais tarde, novas propostas de renovação urbana chegam ao Brasil a partir dos anos 1970, a exemplo de outras cidades como Boston, Barcelona, Paris, Londres, Buenos Aires, Quito que vêm passando por polêmicos processos de requalificação. O centro histórico de São Paulo, dentro desses parâmetros, passa a ter ações mais consistentes de intervenção urbana a partir de 1990 quando a cidade emerge como cidade potencialmente global. Apropria-se do seu patrimônio cultural como aspecto diferencial, identitário e competitivo, por meio do processo de “requalificação<sup>3</sup>”. Registra-se que as intervenções de requalificação acontecem concomitantemente ao declínio do centro; a sua degradação se inicia a partir de 1930 com a valorização de outras áreas da cidade, acompanhada da migração de expoentes da economia do café para a Avenida Paulista. No entanto, a sua paisagem só apresenta sinais de deterioração no decorrer dos anos da década de 1960.

No Brasil já havia nesta ocasião uma política voltada para a preservação do patrimônio, tendo como marco o surgimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, com objetivo de conservação dos centros históricos, por meio do tombamento, instrumento jurídico aplicado para impedir a destruição dos bens culturais e acervos museológicos do patrimônio. No estado de São Paulo, só em 1967 surge o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) que também vai atuar nessa direção.

Na cidade de São Paulo, a partir da década de 1970, desencadeia-se política urbana com a criação em 1971 da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB- que passa a assumir os projetos urbanísticos idealizados com propostas de recuperação do centro. Com a aprovação da Lei de Zoneamento em 1972, criam-se zonas especiais com legislação disciplinadora para o uso, ocupação e reurbanização do solo que planeja o

---

<sup>3</sup> Termo polêmico visto também como “revitalização”, “qualificação”, “intervenção”, “renovação” “reabilitação”, sob diferentes perspectivas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

espaço urbano do centro controlando o patrimônio edificado. Inovações urbanas acontecem ainda nessa década, como o Metrô, Renovação Urbana na Luz, Plano de Revitalização no centro da cidade de São Paulo – edifício Martinelli, calçadas, estações metrô Sé, República, São Bento, Viaduto do Chá e Boa Vista, Pateo do Colégio, Parque D. Pedro e a Escola Caetano de Campos. Na década 1980 desencadeiam-se processos de intervenção na Vila Itooró, estabelece-se a Lei de Transferência de Potencial Construtivo e Operações Interligadas, o Projeto Luz Cultural (1985), Praça da Cultura, Usina da Luz - iniciativas essas que estimularam o turismo e a visitação à área central. Implementa-se em 1985 o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo – CONPRESP – Órgão municipal responsável pelo patrimônio local.

No Brasil, além do IPHAN, a proteção do patrimônio passa também a ser prevista na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, que amplia a idéia de patrimônio cultural brasileiro com o reconhecimento de bens culturais materiais e imateriais, estabelecendo a apropriação e preservação desses bens, por meio do registro e do inventário. Criam-se mecanismos institucionais para a participação do cidadão, com a ampliação da institucionalização democrática e de canais de participação direta nas políticas públicas e na regulação da ação governamental.

Entretanto, no centro, apesar do desencadeamento das ações interventivas a deterioração continua, com empreendimentos privados abandonando o local. Como enfrentamento cria-se em 1991 a Associação Viva o Centro, Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo (AVC), iniciativa da sociedade civil com bases nitidamente empresariais voltadas para os interesses do capital privado, que mobiliza parcerias com o objetivo primordial de *“reverter situações de declínio, de abandono, de ameaça para a área urbana onde estão instaladas as entidades que compõem a Organização”*. Dela participam proprietários urbanos de setores da economia - serviços, comércio e indústria -, instituições financeiras privadas e públicas voltadas para revalorização do centro. Atua por meio de Conselhos Municipais Paritários, Conselho Superior de Orientação das Ações Locais, Ação Integrada Centro Legal, Aliança pelo Centro Histórico (08/2009) – projeto em parceria que cria zeladores urbanos no Triângulo Histórico com objetivo de tornar o centro modelo em *“limpeza pública,*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*atendimento social, segurança e manutenção para atrair público para o seu comércio, serviços e equipamentos culturais”.*

O centro passa a ser objeto de intervenção sob amplas dimensões, ou seja, o Palácio das Indústrias vai sediar o governo municipal, a Sé passa por processo de intervenção, assim como Arouche, Bexiga. Implantam-se as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS - e cria-se a Operação Urbana Anhangabaú, a política de restauração do patrimônio histórico - cuja atuação privilegiou o Teatro Municipal, o solar da Marquesa, Casa das Retortas, Correios, dentre outros -, Operação Urbana Centro, Lei de Fachadas, além de acontecer reforma nos cortiços.

Em 1993 é criado o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro, o Procentro, nesta sua primeira fase com comissão composta por representantes das secretarias municipais e outras organizações da sociedade civil, com o objetivo de implementar estratégias para a recuperação do centro.

As ações interventivas utilizam leis de incentivo à cultura e desenvolvem parcerias entre iniciativa privada e administração pública com práticas de recuperação e restauro de monumentos. Alguns patrimônios significativos do centro como o Mercado Municipal, a Estação Júlio Prestes com a Sala São Paulo (1999), a reforma da Pinacoteca do Estado (2004), Estação da Luz com o Museu da Língua Portuguesa (2006) são privilegiados e passam por intervenção com reforma e/ou a diversificação de uso nas suas edificações.

Em 1995 é lançado o Programa Monumenta, Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano mantido por associação entre o Ministério da Cultura, a UNESCO, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o IPHAN e a EMURB que objetiva financiar ações de preservação e conservação do patrimônio histórico tombado na Luz, por esse espaço reunir significativo acervo. O Programa é iniciado em 2002 e segue a lógica da aplicação de recursos em áreas decadentes, tornando-as atrativas para o turismo e novos investimentos, dentro dos princípios “pós-modernos” constatados por Harvey (1992) nos projetos de renovação urbana, adequados ao capitalismo de acumulação flexível em que há a “busca de soluções pontuais e locais, pretensamente “personalizadas”, ecléticas e diversificadas, abrindo mão de soluções abrangentes – típicas do ideário modernista”. Na perspectiva mencionada acontece a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

intervenção em 26 imóveis objetos do Programa como a Chaminé da Luz (2002), o Museu de Arte Sacra, Estação da Luz, dentre outros.

Apesar das ações de requalificação, a degradação do espaço central continua a se acentuar. Registra-se no centro 39.289 unidades habitacionais sem uso (ONU, 2004) ou seja, cerca de 299 prédios fechados à espera de valorização imobiliária, limitando a população mais pobre de morar neste espaço consolidado da cidade, tendo que ir para áreas da cidade com mais baixa qualidade de vida, gastando tempo e dinheiro para vir trabalhar no centro<sup>4</sup>. Continua também a migração de grupos de alta renda para outras regiões da cidade criando-se novas centralidades em São Paulo, não só na direção do centro para a Paulista, mas para Faria Lima e Berrini.

Neste período é promulgado o Estatuto da Cidade – lei Federal 10257 de 2001 - estabelecendo o desencadear do Plano Diretor Participativo que, juntamente com a Constituição Federal de 1988, dão o marco jurídico que permite exigir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana para a efetivação da democratização da gestão da cidade.

#### Participação dos Atores Sociais nos Projetos de Intervenção

Concomitante aos Projetos Interventivos desencadeados em nível estatal no âmbito da sociedade política, outros atores da sociedade civil envolvidos com o centro também se mobilizam. Criam em 2000 o Fórum do Centro Vivo para refletir, fortalecer, articular e lutar pelos direitos humanos no centro. Lançam o “Manifesto por um Centro Vivo: o centro da reforma urbana” (2004). Desencadeia-se o Programa “Ação Centro” e “Morar no Centro” (2001-2004) que planejava o enfrentamento à questão da habitação popular e do esvaziamento populacional do centro, por meio da implementação de moradia para famílias de baixa renda, objetivando levar população para o centro, área consolidada com infra estrutura urbana e oferta de empregos. Previa projetos de bolsa aluguel (chegando a atender a 2039 famílias em 2004) com locação social via recursos alocados do BID para o Projeto de Reabilitação em áreas centrais, a exemplo da França, Bélgica e Itália. Este projeto hoje está em extinção. Ações participativas e inclusivas, a

---

<sup>4</sup> O centro é uma área consolidada devido os investimentos públicos e privados e concentração de postos de trabalho (718 empregos para cada 1000 hab). Apesar de ser área consolidada, conta com expressivo número (20%) de imóveis e domicílios vazios. Apresenta um crescimento populacional negativo em 1991/2000 (-26,04%), ao mesmo tempo em que se dá o adensamento das áreas da periferia da cidade.



exemplo da “Oficina Boracéia”, foram prioridade até 2004, quando a nova gestão municipal passa a caminhar em outra direção privilegiando outros atores sociais.

O Decreto n. 45.832/2005 retira da sociedade civil a coordenação executiva do Procentro (existente antes no “Ação Centro”) e cria o Gcentro - grupo executivo exclusivamente governamental para operacionalizar os Projetos de Intervenção, onde a sociedade civil deixa de ser ator planejador das intervenções no centro. A operacionalização das ações interventivas do Pro Centro e do Projeto Nova Luz vai ser coordenada pela EMURB, em parceria com Órgãos estaduais, federais e internacionais, seguindo modelo que prioriza os atores sociais mais favorecidos. Esse direcionamento está documentado na fala de urbanista responsável pelo Projeto Nova Luz, quando questionado sobre a participação dos atores sociais do centro no planejamento do Projeto. Diz <sup>5</sup>: ”... a população vai ser chamada em uma próxima etapa quando formos operacionalizar...”

Mudam-se então os princípios norteadores da intervenção na área central existentes na gestão 2001-2004 com a “Ação Centro” e “Morar no Centro” e a gestão (2005-2010) re-estabelece o Procentro mudando os seus princípios norteadores, a exemplo do Decreto 45.832/2005 mencionado que retira a participação da sociedade civil da coordenação executiva e dissolve o Fórum de Desenvolvimento do Centro, implementado nos moldes da Agencia de Desenvolvimento do ABC.

Constatam-se ações da Prefeitura impulsionando investimentos privados na perspectiva da matriz higienista que prioriza a preservação do patrimônio cultural material na perspectiva da monumentalização e museificação, aliada a instalação de zeladoria, câmeras, ação policiaesca de vigilância e controle do patrimônio material. Escasseiam-se os investimentos em assistência, educação, habitação e segurança. As ações da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar são a de atores executores da política interventiva, repressora dos movimentos sociais com ações de “rapa” junto aos ambulantes, operacionalizadora de reintegração de posse nos prédios invadidos, controladora dos catadores de material reciclável, omitindo-se da responsabilidade da função pública, educativa e de proteção aos atores sociais mais vulneráveis.

No entanto, apesar das ações desenvolvidas nessa direção não se tem garantido melhoramento no centro, já que os projetos que surgem – a exemplo da “Nova Luz”

---

<sup>5</sup> Depoimento feito por ocasião da realização de workshop na PUC/SP em out de 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

cujas diretrizes buscam transformar esse espaço em um pólo tecnológico e cultural - não considera os modos de vida aí existente.

Desse modo, os hábitos, experiências e conhecimentos da população, ou seja, a dimensão participativa que propicia o entendimento dos aspectos subjetivos da interação dos atores com o ambiente e que dá significado ao patrimônio cultural por meio dos usos que se faz da cidade, não são considerados. Muitos dos entrevistados dizem não se apropriar do patrimônio local. Vêm-se como pertencentes à outra classe social sem direito a usufruir do local, a exemplo da Sala São Paulo que, conforme explicitado por moradores da Luz, é um espaço usado pelos de fora, isolado por cordão nos eventos e outras celebrações onde os moradores, não podem nem chegar perto.

Em relação à ação pública higienizadora na área da Cracolândia - Luz, um ator social, técnico da Secretaria da Saúde, coloca que as blitz realizadas não vão levar a nada pois não se age em saúde pública junto aos drogados com ação policial de espetacularização do problema.

O planejamento e participação de diferentes atores sociais no Projeto não é pressuposto para a intervenção, conforme explicitado na fala do agente de saúde. As intervenções nesse nível, quando não são direcionadas ao engajamento dos atores envolvidos, pouco contribui para o enfrentamento à problemática social no espaço público urbano.

Com o mesmo teor estão as ações voltadas para habitação. Presenciam-se, cotidianamente, reintegrações de posse de prédios invadidos pelos sem teto. Um repórter diz: *“Ver senhoras e crianças levando bomba da polícia num prédio escuro é bárbaro e assustador”*. Por outro lado o poder público pouco faz a mediação com propostas de negociação junto aos atores sociais do Movimento dos sem Teto e os proprietários.

Os imóveis vazios no centro, assim como o déficit habitacional, são significativos. Entretanto os Projetos de Intervenção para recuperação do centro priorizam o patrimônio histórico, sem perceber que o esvaziamento traz insegurança à vida no centro, pois viabiliza pontos de tráfico e prostituição além de limitar o acesso à moradia, em uma região consolidada que necessita ser habitada, conforme preconiza o Plano Diretor da cidade. Um projeto de intervenção deveria se preocupar também com a falta de habitação para famílias de baixa renda, com a economia popular e com as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

questões sociais para que essa requalificação seja adequada. Nesse sentido, Proença Leite (2009) adverte acerca das políticas urbanas de patrimonialização e contrarevanchismos, pela não incorporação de políticas sociais e habitacionais nos projetos de “revitalização” que convertem os processos e intervenções patrimoniais em realidade alegórica, buscando reverter processos de declínio das cidades. É imprescindível incluir o social nos Projetos de Intervenção para que os patrimônios culturais possam conviver com os atores que se relacionam nesse espaço, evitando a sua expulsão, para que a requalificação não venha seguida da crescente deterioração, a exemplo do que vem ocorrendo em cidades históricas que passaram por processos de revitalização com esse teor.

Entretanto é na direção da coerção sem hegemonia que Projetos, como o Nova Luz, caminham. A Prefeitura vai conceder benefícios fiscais para atrair empresas e prevê a demolição de 30% da região da Cracolândia – três quadras inteiras da rua Santa Ifigênia (principal pólo de comércio de produtos eletrônicos de São Paulo) e duas quadras da Avenida Rio Branco. Só serão mantidos os imóveis tombados pelo patrimônio histórico ou os julgados de ocupação adequada. O projeto urbanístico para nova área vai ser entregue a uma empresa em troca da revenda dos imóveis com lucro no bairro revitalizado. Os atores sociais do local criticam e reagem <sup>6</sup>. Inserida nesse contexto, existe no centro de São Paulo o movimentar-se da organização da sociedade civil que busca participar da gestão da cidade por meio da sua inserção nos seus projetos interventivos. Há movimentos sociais urbanos, organizações de base, entidades de educação e cultura, universidades, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, coletivos de artes, teatro, mídia independente, ONGs em defesa dos direitos Humanos- Travessia, CARE Brasil, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas - que buscam atuação no planejamento e controle social de políticas públicas. São cerca de 70 organizações articuladas da sociedade civil que denunciam e endossam o Dossiê Centro Vivo (2006). São os movimentos populares de mulheres e moradia, a ação das Pastorais da criança, do cárcere, dos sem teto, com o apoio da Igreja, os inúmeros sindicatos – bancários, professores, comerciários, e outros. Estão também presentes Conselhos diversos como o

---

<sup>6</sup> Os atores lojistas da Santa Ifigênia movem-se com a mediação do Ministério Público, Ação Civil Pública contra o Projeto Nova Luz no que diz respeito à demolição prevista e outras diretrizes do Projeto que não os inclui.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Municipal de Turismo (Programa Bem Receber), Habitação, Educação, etc. e muitas ONGs. Os parceiros da AVC, como a OAB, IE, IAB, também lutam e pressionam em prol dos seus interesses privados no local.

Percebe-se que os atores organizados por categorias na área central de São Paulo atuam, em momentos oportunos, por meio de práticas diversas em que, algumas delas, tem por forma um “*ato e maneira de aproveitar a ocasião*” como um enfrentamento que resiste de forma latente, com pouca visibilidade, utilizando “as táticas, a arte do fraco” na invenção do cotidiano (Certeau, 1996). Entretanto, na atual conjuntura prevalecem os atores em consonância com os seus interesses privados, ou seja, os com projetos que higienizam o centro e promovem a expulsão dos menos favorecidos como a população empobrecida, os moradores de rua, ambulantes e camelôs, considerados como os que desvalorizam e enfeiam o centro. Câmeras, vigilância, ação policial, higienização tornam-se prioridade. O papel do poder público legislativo, executivo e judiciário é visível na intermediação de conflitos fundiários viabilizadores de despejos forçados e reintegração de posses violentas. Criam-se Projetos para os sem-teto voltarem à origem, além do fechamento e descentralização dos albergues priorizando ações que desencadeiam a regeneração urbana dentro de um contexto de modernização e higienização, onde o discurso e a prática estão voltados para a *gentrification* e o empreendedorismo, a exemplo do Projeto Nova Luz.

Frente à realidade diagnosticada a utopia está expressa na necessidade emergente de políticas públicas contínuas e permanentes que trabalhem na direção de diminuir a desigualdade histórica e estrutural da sociedade expressa nos centros das cidades, dialogando com os atores sociais organizados da sociedade civil. Ações nessa direção caminharão para o direito à cidade e a apropriação da cidade como obra, na perspectiva de Lefebvre (2008, p.113) onde “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas a cidade renovada se tornará obra”.

#### Considerações Finais

O contexto dos projetos de intervenção no centro da cidade de São Paulo foi visto na totalidade das relações sociais, onde se procurou decifrar a sua lógica juntamente com a ação dos seus protagonistas. Os atores sociais envolvidos em suas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

múltiplas ramificações, no Estado em seus diferentes níveis organizacionais, na sociedade civil nas suas diversas categorias, evidenciam as políticas e a correlação de forças entre os segmentos. São forças que agem com diversificadas motivações, manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas, interferindo na identidade do lugar, no processo de pertencimento e usufruto da cidade.

Uma cidade democrática é uma cidade inclusiva que utiliza a diversidade como recurso. O desenvolvimento urbano é adequado quando garante aos seus atores espaços públicos participativos e instrumentos para entender, apreender e comunicar a própria cultura e se construir livremente na cidade. Os atores sociais se formam a partir do conjunto dos repertórios culturais que se constituem na origem, na história de pertencimento à cidade e que permitem reconhecer sua vinculação a um determinado grupo, identificando-se com eles. Assim sendo, o patrimônio cultural constitui a riqueza acumulada pelas gerações passadas, a ser valorizado no presente, para elaborar formas sustentáveis de desenvolvimento.

Os Projetos de Intervenção em curso não apresentam a preocupação com a construção histórica, com a inclusão de atores sociais e políticos na vida cotidiana da cidade, com a participação e ocupação do público, com a operacionalização de uma cultura voltada a captar o campo de signos e símbolos, práticas e valores produzidos na cidade. Ao contrário, os diferentes atores sociais do centro pouco participem do planejamento e da gestão do lugar como verdadeiros sujeitos. Não estão presentes no planejamento, não contracenam na correlação de forças e no jogo político. A inexistência de espaços de fato, pois de direito já existem, para a participação e co-gestão, no sentido de integrar as forças locais, principalmente aquelas ignoradas pela sociedade política e mal vistas pelo setor privado do mercado, coloca em risco a construção de uma cidade democrática.

Nesse sentido, pensar na participação e engajamento dos atores sociais no planejamento do lugar é buscar garantir que o espaço expresse o seu sentido e consiga gerenciar o desenvolvimento local. A memória social da coletividade e de suas experiências sociais deve ser considerada, para que o patrimônio do centro não se torne “não-lugares” (Augé, 1994), lugares desprovidos de identidade, destinados somente à passagem, contemplação ou ao consumo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Percebe-se que a forma como se busca planejar o destino do centro de São Paulo, principalmente no que se refere ao Projeto Nova Luz, envolve atores não relacionados à identidade do lugar, criminaliza as formas de resistência popular, desconsidera as demandas do local, desencadeando ações como a de demolição dos prédios, remoção de atores e dissolução da memória local. Os pressupostos que regem os projetos optam pelo paradigma de revitalização com um centro limpo, asséptico, para poucos, com a expulsão dos mais pobres, favorecendo os investimentos privados e adensamento planejado com ganhos para os segmentos imobiliários e do capital, aumentando a segregação social e periferização na cidade. Constata-se, no final da última década, o retrocesso na democratização do centro de São Paulo, enquanto acesso e uso de atores junto aos espaços públicos que passam a ter uso restrito e privatizado, privilegiando a recuperação e requalificação de bens isolados, tornando-os ilhas que reforçam a fragmentação do espaço. Apreende-se que estas intervenções visam atender prioritariamente o mercado, dentro da nova conformação econômica da globalização, onde o patrimônio cultural passa a ser concebido como atrativo e mercadoria.

## **REFERÊNCIAS**

ARANTES, Antonio Augusto. **Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública.**

Rio de Janeiro: Anuário Antropológico, 2009.

AUGÉ. M. **Não Lugares - introdução a uma antropologia da supermodernidade.**

Campinas: Papyrus, 1994.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano – artes do fazer.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

FORUM CENTRO VIVO. **Dossiê do Fórum Centro Vivo, 2005 – 2006. Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas.** 2006.

FORTUNA, Carlos. **Identities, percursos, paisagens culturais- estudos sociológicos de cultura urbana.** Oeiras, Portugal: Celta editora, 1999.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

FORTUNA, Carlos. SILVA, A. A cidade do lado da cultura: espacialidades culturais e modalidades de intermediação cultural. In: SOUZA SANTOS, B. **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

FRUGOLI Jr., H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, Edusp, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós- moderna**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994.

MAGNANI, J. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. e TORRES, L. **Na metrópole- textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Rogério Proença. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarevanchismo: o Recife antigo e a zona histórica da cidade do Porto. In: **Cadernos Metrópole.**, no 21. São Paulo: EDUC, 2009.

KOTHARI, Million. **Relatório ONU**. Maio de 2004

SOUZA, Herbert. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1999.